



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1576, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escrito o art. 6º do PLV nº 8/2021, por tratar de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, **que Vossa Excelência declare como não escrito o art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020 por se tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1018, de 2020**

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1018 de 2020 tinha inicialmente como objetivo reduzir a carga tributária (exoneração) incidente sobre o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte. Essa tecnologia é adequada para levar internet a áreas rurais, em regiões isoladas e de difícil acesso, geralmente carentes de outros serviços de telecomunicações. Em sua origem, a MP era extremamente positiva, mas infelizmente foi deturpada por meio de inserção do dispositivo objeto da presente impugnação.

O art. 6º do PLV 8/2021 altera a Lei nº 9.998/2000, chamada de Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust. De maneira até contraditória com o propósito inicial da MP 1018/2020, o dispositivo está fazendo com que o Fust deixe de priorizar regiões de zona rural ou urbana com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, exatamente na contramão da exoneração tributária inicial promovida na Medida Provisória, que era reduzir a



carga tributária (exoneração) incidente sobre o serviço de banda larga via satélite, beneficiando principalmente áreas rurais e regiões isoladas e de difícil acesso.

Somado a isso, o mesmo art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 8/2021 altera a composição do Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que é composto atualmente por 12 membros, sendo 7 do Estado e 5 da sociedade civil. O art. 6º se propõe a alterar a sua composição para incluir 2 representantes do Ministério das Comunicações, aumentando ainda mais a desproporção de representantes do governo em relação aos demais setores. Tal possibilidade geraria verdadeira concentração de força ao governo nas decisões colegiadas, facilitando inclusive que passe a controlar a secretaria executiva do colegiado, que define onde os recursos do Fust serão aplicados. Atualmente, o governo já é o responsável por indicar o presidente do conselho.

Por se tratar de um fundo com viés de redução da desigualdade regional e com a finalidade de estimular a expansão e a melhoria das redes de telecomunicações, além da promoção do desenvolvimento econômico e social, é fundamental que o equilíbrio de forças se reflita na composição do Conselho Gestor do Fust, até para que não prevaleça apenas a ditadura da vontade de determinados grupos da sociedade.

Como fica evidente, não há vinculação temática entre a redução de carga tributária (exoneração) incidente sobre o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte, objeto inicial da MP 1018/2020 e as modificações legislativas propostas pelo art. 6º do PLV 8/2021.

Cumpramos destacar que não estamos nos posicionando acerca do mérito dos mencionados artigos, contudo, repisamos que é de bom alvitre que se aprecie projeto de lei específico para as questões tratadas, visando sua análise posterior, com a possibilidade de um amplo debate, evitando-se questionamentos futuros

quanto à inconstitucionalidade de sua aprovação no âmbito do processo legislativo de Medida Provisória.

Ante o exposto, com fulcro no inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, baseado no entendimento exarado na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, pugna-se pela declaração como não escrito o art. 6º do PLV nº 8, de 2021, que promoveram alterações na Medida Provisória nº 1018, de 2020.

Certo do atendimento do pleito, despeço-me renovando votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)
Senador da República

